

Resistência do Senado a indicação reflete fraqueza do governo

Na história recente da República, nenhuma indicação do presidente da República para o Supremo Tribunal Federal demorou tanto para ser examinada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado quanto a do advogado André Mendonça, ex-ministro da Justiça. O também ex-advogado geral da União aguarda há exatos 79 dias (contados até esta terça-feira, 28/9) para ser sabatinado no colegiado.



Ex- AGU André Mendonça aguarda há 79 dias para ser sabatinado pelo Senado
Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Dentre os atuais integrantes do STF, nenhum demorou tanto para ser sabatinado após a indicação pela presidência. Rosa Weber foi quem esperou mais tempo para se apresentar ao Senado, 30 dias depois de ser indicada por Dilma Rousseff, em novembro de 2011. No caso mais rápido, Ricardo Lewandowski foi à CCJ meros três dias depois de indicado por Lula, em fevereiro de 2006.

Mesmo o primeiro indicado de Jair Bolsonaro, o então desembargador federal Kássio Nunes Marques, teve um trajeto tranquilo no caminho até assumir a posição deixada pela aposentadoria de Celso de Mello. Foi indicado 11 dias antes de o decano do STF se aposentar e sabatinado apenas 9 dias depois de a cadeira ficar oficialmente vaga.

O jogo, no entanto, mudou. As razões são várias, e vão desde a própria intenção do presidente Jair Bolsonaro de indicar um nome identificado com as pautas conservadoras com as quais se apresenta ao seu eleitorado até uma manifesta atuação estratégica do presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que reluta em pautar indicação de Mendonça. Todas elas, no entanto, têm um ponto em comum: são uma evidência da falta de articulação política do atual governo.

Um especialista nos jogos políticos de Brasília observou à **ConJur** que, apesar de, nas últimas semanas, a relutância de Alcolumbre ter acabado por provocar reações pedindo para que a tramitação do nome seja acelerada, o movimento não é suficiente para que ocorra um desfecho rápido.

Esta mesma fonte notou que o silêncio da maioria do Senado sobre a demora de Alcolumbre também é um sinal, ainda que negativo, sobre as chances de Mendonça ser indicado para o STF. "A não respondido Senado é, por si só, uma resposta", afirmou.

Dois lados da moeda

Para o advogado e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) **Álvaro Palma de Jorge**, é errônea a percepção de que o presidente indica um nome e o Senado prontamente referenda o escolhido.

Embora as indicações para o STF sejam quase sempre aprovadas (a história registra que somente no início da República indicaram pelo Senado), isto não significa que não precise haver uma negociação política em torno do nome escolhido, o que Bolsonaro, aparentemente, não levou em conta.

Gilmar Mendes 15/5/2002 22 dias

Ricardo Lewandowski 9/2/2006 3 dias

Caím Gonçalves 7/5/2006 7 dias

Luiz Fux 9/2/2011 8 dias

Rosa Weber 6/12/2011 30 dias

Aurino Bortolotto 5/6/2013 13 dias

Luiz Roberto Barroso 12/9/2015 29 dias

Alexandre de Moraes 21/2/2017 15 dias

Nunes Marques 21/10/2020 19 dias

André Mendonça - 79 dias...

As indicações só têm essa baixa rejeição tão baixa porque o [processo político de conversa](#) entre os poderes antes da decisão final funciona como uma garantia de que não vá haver conflito aparente. Em artigo o advogado notou que o processo que resulta no preenchimento de uma vaga no Supremo não é um ato unilateral do presidente da República.

Álvaro Palma de Jorge, segundo de Jorge, confirma a tese de que existe um contrato constitucional que dá o poder ao Senado na escolha de pretendentes ao STF. No caso presente, porém, ele acredita que o impasse causado pelas atitudes políticas de Alcolumbre "já passou do razoável", porque o próprio STF [já manifestou desconforto](#) com a situação, visto que a falta de um de seus integrantes afeta os trabalhos da Corte.

Antonio Cruz - Agência Brasil



Bolsonaro indicou André Mendonça ao STF mesmo dia em que o ministro Marco Aurélio se aposentou, em 12 de julho de 2021
Antonio Cruz – Agência Brasil

"Essas decisões não deveriam ser individuais", diz o professor e advogado. A Constituição, segundo ele, estabelece, no parágrafo único do artigo 101, que a escolha do indicado ao STF é do colegiado do Senado, embora a casa legislativa disponha de seus ritos próprios que, no momento, atrapalham a indicação presidencial.

Por outro lado, de Jorge nota que antes da Constituição de 1988, não houve um histórico de debates ou recusa dos nomes. "Tais dados indicam que a sociedade brasileira, e, portanto, o seu Senado, não se preocupava com o Supremo Tribunal Federal e seus ministros. Este cenário começou a ser alterado a partir de 1988", diz ele.

Ou seja, até a Constituição de 1988, não havia uma preocupação tão premente quanto aos nomes que comporiam a Corte. Foi o desenho institucional esboçado na Constituição que impulsionou a discussão de temas que, até então, jamais haviam chegado ao STF.

Jogo político entre aposentadoria e indicação

A história de um novo nome ao Supremo mostra também que, se até então o Senado não se importava em analisar imediatamente as indicações presidenciais, a definição de um nome nem sempre foi tão ágil.

Quando mais a situação política foi se degradando durante os anos de governo do PT, mais demorada passou a ser a negociação para preencher a corte constitucional.

Gilmar Mendes	25/4/2002	1 dia
Ricardo Lewandowski	6/2/2006	19 dias
Guilherme Fofon	10/5/2006	43 dias
Dias Toffoli	19/9/2009	16 dias
Luiz Fux	1/2/2011	187 dias

Já no governo Dilma, o prazo foi estendido. Luiz Fux foi indicado após 187 dias; Rosa Weber; depois de 95 dias; Roberto Barroso, após 188 dias; e Luiz Edson Fachin, o recordista, levou 257 para ter o nome anunciado pela petista.

Alexandre de Moraes	6/2/2017	18 dias
Nunes Marques	2/10/2020	11 dias
André Mendonça	12/7/2021	0 dias

Se antes Mendonça era dado como um nome certo para compor a Corte, o jogo político de Davi Alcolumbre acabou por contaminar parte dos eleitores com os quais o ex-ministro poderia contar para sua aprovação em Plenário, depois de superada a sabatina na CCJ.

O ex-presidente do Senado perdeu o poder de comandar a Casa, mas o mantém para impedir que a sabatina de Mendonça ocorra em prazo razoável. Isto, além de causar desgaste político ao governo, já começou a ter reflexos na condução do processo de escolha do novo ministro do STF.

Com a rejeição ao ex-ministro e ex-AGU, uma parte considerável do Senado a cogitar uma manobra que possa resultar na indicação do atual Procurador-Geral da República, Augusto Aras, recém reconduzido para um novo mandato, fazendo com que Bolsonaro retire o nome de seu indicado preferencial.

Date Created

28/09/2021